

Manobra de Andrada torna Constituinte exclusiva

José Negreiros

Brasília — Há uma grande probabilidade de que a Assembléia Constituinte seja exclusiva, autônoma, cuidando apenas da redação do novo texto constitucional, sem qualquer atribuição congressional, ou seja, sem votar leis ordinárias. Além disso, se esta fórmula prevalecer, caberá aos contribuintes decidir sobre a futura prorrogação de seus mandatos como deputados e senadores e determinar o papel dos senadores eleitos em 1982. Essa é a interpretação de grande parte dos senadores de 82, que se debruçaram sobre o texto do substitutivo à Emenda Sarney votado na quarta-feira e na madrugada de quinta da semana passada.

Tudo foi conseguido graças a uma manobra regimental, liderada pelo vice-líder do PDS, Bonifácio de Andrada (MG), com o apoio de parlamentares dos cinco principais partidos, na madrugada da quinta-feira da semana passada. Ele teve aprovado requerimento de sua autoria solicitando que uma frase do artigo 1º do substitutivo do relator Walmor Givartina (SC) — que convoca a Constituinte — fosse destacado do conjunto para ser votado em separado.

Mas valendo-se do artigo 347, letra B, do regimento interno do Senado, Andrada não precisou revelar qual seria o objetivo do seu pedido de destaque —

se para aprovar ou rejeitar a frase que em função da aprovação do requerimento foi suprimida.

O artigo 1º diz: "Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão, unicamente, em Assembléia Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional". A frase que deverá ser votada em separado é: "Sem prejuízo de suas atribuições constitucionais".

É ela que garante o caráter congressional da Constituinte: é ela também que integra na Constituinte os senadores eleitos em 82 (segundo o ponto de vista destes), porque já se refere a uma atribuição constitucional que eles têm; é ela, afinal, que assegura o mandato de cada um.

Se Andrada tivesse declarado antecipadamente o seu propósito, os partidários da supressão é que teriam o ônus de conseguir dois terços para retirar a frase do texto. Como ele não declarou, o texto a ser aprovado quando terminar a cotação do 1º turno ficaria sem a frase, e caberia agora aos interessados em incluí-la o encargo de conseguir o quorum de dois terços.

Foi por discordar dessa estratégia, conhecido apenas pelos mais refinados regimentalistas da Casa — como Andrada — que o presidente da Mesa na

ocasião, Marcondes Gadelha, do PFL (um dos 23 senadores eleitos em 82), interrompeu a sessão para que o assunto fosse submetido a parecer da Comissão de Justiça da Câmara, e atualmente está *sub judice*. Gadelha alega que o requerimento de Andrada revela claramente o intuito de rejeitar a frase e, portanto, dele é a responsabilidade de obter os dois terços.

Se Gadelha for voto vencido na comissão, o texto a prevalecer será aquele no qual a frase não figura. Pelo seguinte: os partidários da supressão têm o apoio de mais de um terço dos parlamentares, impedindo que os seus adversários consigam os dois terços indispensáveis à reinclusão da frase do substitutivo. O que restauraria a Constituinte-Congressual, o destino dos senadores de 82 e o mandato de deputados e senadores.

Nadir Rosseti (RS), líder do PDT, comemorava a vitória desta tática: "Foi a coisa mais importante que conseguimos naquela madrugada. Agora a Constituinte será exclusiva". Gadelha, entretanto, adverte que "isso é uma questão de interpretação". Mas admite: "Do jeito que as coisas estão, não é difícil criar uma massa de pressão que faça prevalecer tal ponto de vista". É o próprio presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, reconheceu: "Foi um descuido da Mesa esse destaque ter sido aprovado".

Restrição a senador ameaça votação da emenda

Brasília — A aprovação, este ano, da emenda que convoca Assembléia Nacional Constituinte está seriamente ameaçada. O Senador Hélio Gueiros, líder do PMDB, comunicou ao Presidente José Sarney que as bancadas de seu partido, do PDS e do PFL, bloquearão a votação da proposta, se for aprovada na Câmara qualquer alteração que ameace a presença dos 23 senadores eleitos em 1982 na Constituinte ou outra mudança qualquer no texto negociado pelas lideranças.

Um ministro que participa do Conselho Político admitiu, à noite, que o Governo já reconhece que a aprovação deverá ficar mesmo para o ano que vem. A rebelião dos senadores foi detonada na reunião do Conselho Político. Eles têm um motivo real para a preocupação co-

mum: está para ser votado um destaque que permite só aos eleitos em 86 o papel de Constituinte, com a função exclusiva de elaborar uma nova Carta, sem as obrigações que deputados e senadores têm na formulação das leis ordinárias.

"Presidente, quero lhe comunicar em nome das bancadas do PMDB, PFL e PDS no Senado que temos um complicador. Decidimos só aprovar na íntegra do ato de convocação da Constituinte ou não votaremos nada", anunciou o Senador Hélio Gueiros ao Presidente José Sarney.

— Realmente a situação no Senado poderá complicar — advertiu o líder do PFL, Carlos Chiarelli.

O presidente Sarney assentiu e o deputado Pimenta da Veiga, líder do

PMDB na Câmara, afirmou: "Mas isto não atinge o Senado".

— O Senado se sente atingido e não votará nada a não ser a emenda que foi negociada — rebateu Hélio Gueiros.

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, apoiou a posição de Gueiros, defendendo igualmente o texto negociado pelas lideranças. Foi então que Gueiros revelou ao presidente que a emenda só não foi aprovada na semana passada por causa da ameaça de alteração.

— Nós decidimos não ficar à mercê da aprovação da mudança pela Câmara porque do contrário já teríamos aprovado a Constituinte — disse Gueiros, enquanto o presidente José Sarney reiterava a necessidade do cumprimento do acordo no Congresso.

JORNAL DO BRASIL